

Release de
Resultados 4T18

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 2018

Tijucas, 14 de fevereiro de 2019. A PBG S.A. (B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO: PTBL3), **maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil**, anuncia os resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As informações financeiras apresentadas neste documento são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

DESTAQUES

	R\$ milhões	2017	2018	▲%
DESEMPENHO	Receita bruta	1.278	1.321	3,4%
	Receita líquida	1.024	1.054	3,0%
	Margem bruta	40,7%	38,5%	-2,2 p.p.
	EBITDA	189	288	52%
	Margem EBITDA	18,5%	27,3%	8,9 p.p.
	Lucro líquido	64	134	109%
	Margem líquida	6,3%	12,7%	6,5 p.p.
	ROCE	17,1%	20,3%	3,3 p.p.
Dívida	Dívida Líquida	394	472	19,7%
	Dív Liq/EBITDA	2,09	1,64	-21%
PTBL3	Cotação	5,49	5,19	-5%

- **Receita Líquida de R\$ 1,054 bilhões**, 3% acima de 2017;

- **LUCRO LÍQUIDO de R\$ 134 milhões;**

- **EBITDA de R\$ 288 milhões**, 52% superior a 2017, representando margem 27,1%. EBITDA recorrente de **R\$ 106 milhões;**

- **REDUÇÃO da RELAÇÃO Dívida Líquida/EBITDA para 1,6 vezes;**

- **RETORNO sobre Capital Empregado de 20,3%;**

- Reconhecimento de **GANHOS judiciais de R\$ 182 milhões** referente aos processos “Polo Ativo - Crédito Prêmio do IPI” e do “Expurgo de ICMS da base cálculo do PIS e da COFINS”

TELECONFERÊNCIA

Sexta-feira, 22 de fevereiro às 14h30min

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3137-8043

Senha: PORTOBELLO

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido pela internet, acompanhado da apresentação de slides, que estará disponível 30 minutos antes em:



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Apesar da persistência do cenário político econômico instável ao longo do ano, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e, de aumentos significativos dos custos energéticos, a companhia encerra o ano de 2018 apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia. Todavia, permanece o desafio de rentabilizar os ativos existentes e alcançar a maturidade dos novos negócios.

O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um mix de produtos mais rentável para ambos os mercados.

A receita líquida totalizou R\$ 1,054 bilhão, sendo 3% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% semelhante ao ano anterior. No mercado interno, as vendas cresceram 2,5%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 10%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 288 milhões e o lucro líquido R\$ 134 milhões no acumulado de 2018, com margens de 27,1% e 12,6%, respectivamente. O crescimento no EBITDA foi de 52%, impactado principalmente pelo reconhecimento de ganhos extraordinários, como o crédito prêmio IPI no processo judicial “Polo Ativo” e o crédito referente ao “Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS”. Sem os efeitos destes, a margem EBITDA foi de 10%. A relação Dívida Líquida/EBITDA reduziu de 2,09x para 1,64x. A dívida teve seu perfil alongado com novas operações com debêntures em 2018.

A Companhia mantém seus esforços de melhoria operacional e mantém-se determinada em sua estratégia no varejo integrado, internacionalização e consolidação da Pointer. Foram implementadas mudanças na estrutura organizacional com o objetivo de fortalecer a cultura de varejo. Equipes com atuação integrada dando maior foco ao cliente e agilidade na resposta ao mercado. Assim, a Portobello Shop mantém seu plano de ampliação da área de exposição. A rede fechou 2018 com 130 unidades presentes em quase todos os estados do país, sendo 13 próprias. As lojas Portobello Shop tem área de exposição de 36,5 mil m² de exposição oferecendo aos clientes uma combinação de revestimentos cerâmicos com louças, metais e soluções na arte de porcelanateria da Officina.

O negócio da marca Pointer apresentou crescimento sólido ao longo do ano alcançando margem positiva desde o segundo trimestre. O lançamento de produtos com uma proposta democrática, inovadora e com design que os diferenciam da cerâmica tradicional permitiram um *mix mais nobre* que combinado com maior giro do estoque proporcionaram vendas mais qualificadas e com preços melhores. Além disso, a lucratividade foi positivamente influenciada pela utilização de 100% da capacidade produtiva da planta de Alagoas. O desempenho da unidade superou as expectativas da administração para 2018.

No projeto *Officina*, o negócio vem ganhando robustez na operação e serviço, renunciando maturidade e estabilização do modelo. A solução está agregando um grande diferencial competitivo à marca e ao negócio Portobello Shop, incorporando um *mix* diferenciado de produtos, oferecendo uma linha inovadora e soluções personalizadas para o nosso cliente final.

Em 2018 a Companhia teve mais uma participação notável na Expo Revestir, a principal plataforma de negócios no mercado nacional e internacional para revestimentos cerâmicos, na qual ocorreu o lançamento da nova coleção. Ainda em 2018, a Portobello recebeu o prêmio “*best in show*” com o produto “*Still Black*”. Além desse, a Companhia conquistou vários outros prêmios, tais como Anamaco (Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção), na categoria “Revestimentos Cerâmicos - Grandes Clientes em primeiro lugar” e, digno de registro: a Portobello foi a mais citada entre grandes lojistas do setor. Também recebeu o prêmio ADVB Empresa Cidadã 2018 na categoria “Participação Comunitária”, com o Programa Crescer.

A Companhia continua acreditando no crescimento das vendas de exportação como estratégia para diversificar riscos de mercado e sustentar o resultado consolidado, de modo que no segundo semestre de 2018 deu-se início a operação de distribuição própria nos EUA com a abertura de um depósito na Flórida. Ainda em 2018 a Companhia recebeu do governo do estado do Tennessee - EUA, um pacote de incentivos para que venha a instalar, futuramente, uma operação de distribuição e produção na cidade de Baxter, naquele estado. A obtenção dos incentivos é um passo importante para a estratégia de internacionalização da Companhia.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

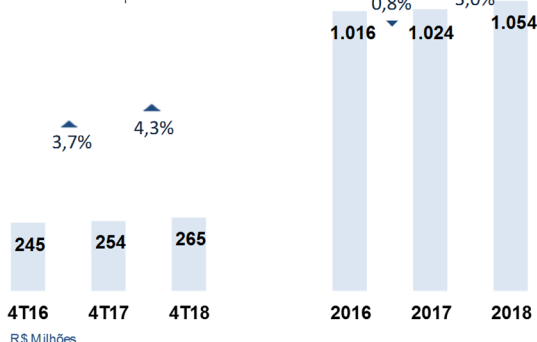
	R\$ mil	4T16	4T17	4T18	▲%	2016	2017	2018	▲%
DESEMPENHO	Receita bruta	312.765	316.868	342.976	8,2%	1.301.050	1.277.945	1.321.346	3,4%
	Receita líquida	245.148	254.163	265.021	4,3%	1.016.400	1.023.937	1.054.190	3,0%
	Lucro bruto	88.134	99.973	90.167	-9,8%	363.202	417.020	405.600	-2,7%
	<i>Margem bruta</i>	36,0%	39,3%	34,0%	-5,3 p.p.	35,7%	40,7%	38,5%	-2,2 p.p.
	EBIT	13.185	31.412	57.657	84%	75.808	149.006	244.404	64%
	<i>Margem EBIT</i>	5,4%	12,4%	21,8%	9,4 p.p.	7,5%	14,6%	23,2%	8,6 p.p.
	Resultado financeiro	(12.386)	(26.563)	(16.946)	-36%	(81.695)	(68.014)	(48.091)	-29%
	Lucro líquido	5.243	4.829	28.746	495%	2.142	64.170	134.311	109%
	<i>Margem líquida</i>	2,1%	1,9%	10,8%	8,9 p.p.	0,2%	6,3%	12,7%	6,5 p.p.
	EBITDA	23.528	41.795	68.560	64%	115.312	189.017	288.013	52%
<i>Margem EBITDA</i>	9,6%	16,4%	25,9%	9,4 p.p.	11,3%	18,5%	27,3%	8,9 p.p.	
INDICADORES	Liquidez corrente					1,31	1,26	1,40	0,13
	Dívida líquida					464.241	394.367	472.188	19,7%
	Dívida líquida/EBITDA					4,03	2,09	1,64	(0,45)
	Dívida líquida/PL					1,95	1,38	1,30	(0,08)
PTBL3	Cotação fechamento					2,03	5,49	5,19	-5%
	Valor de mercado					321.732	870.102	822.555	
	Volume mensal de negociação (R\$). Média últimos 12 meses					10.354	32.500	44.683	37%

Receita Líquida

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 1.054 milhões em 2018, 3 % acima do ano anterior.

	4T16	4T17	4T18	▲%	2016	2017	2018	▲%
Receita líquida	245.148	254.163	265.021	4,3%	1.016.400	1.023.937	1.054.190	3,0%
Mercado Interno	210.328	209.909	228.333	8,8%	864.858	840.999	868.678	3,3%
Mercado Externo	34.820	44.254	36.688	-17%	151.542	182.938	185.512	1%

Receita Líquida



As vendas do mercado interno representaram 82,5% do total (83,5% em 2017) e o montante em reais foi superior ao de 2017 em 2,5%.

As exportações cresceram 10% favorecidas pela valorização do dólar. Em dólares, reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

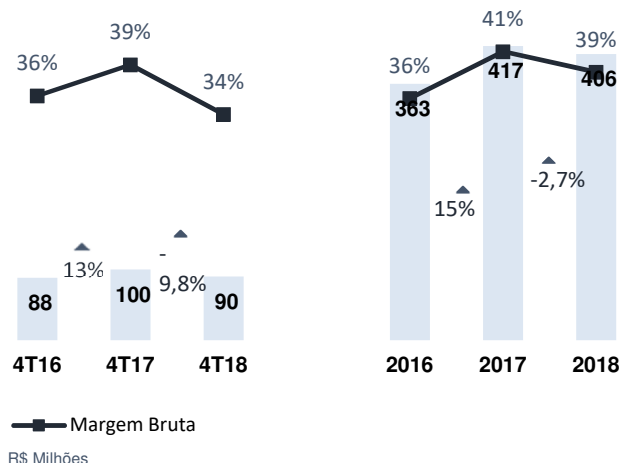
Lucro Bruto

O lucro bruto em 2018 totalizou R\$ 406 milhões, semelhante ao alcançado em 2017.

A margem bruta reduziu de 41% para 39%. No entanto, se manteve superior a de 2016, quando esta foi de 36%.

A margem bruta foi afetada negativamente pelos reajustes dos preços dos insumos energéticos. Foram executadas ações para mitigar estes efeitos, tais como, mix de venda com produtos de maior rentabilidade, estruturação do processo de precificação e investimentos na distribuição tanto ao mercado doméstico como internacional.

Lucro Bruto



Resultado Operacional

As despesas com vendas totalizaram R\$ 285 milhões, sendo 16% maiores do que em 2017. A relação com a receita líquida de 2018 é de 27% e apresenta aumento de 3 pp. Este aumento deu-se em função do desenvolvimento de novos negócios, aumento no número de lojas próprias, operações nos EUA, ampliação da rede logística, além da reorganização da Companhia para alcançar posicionamento, intensificando sua atuação no varejo.

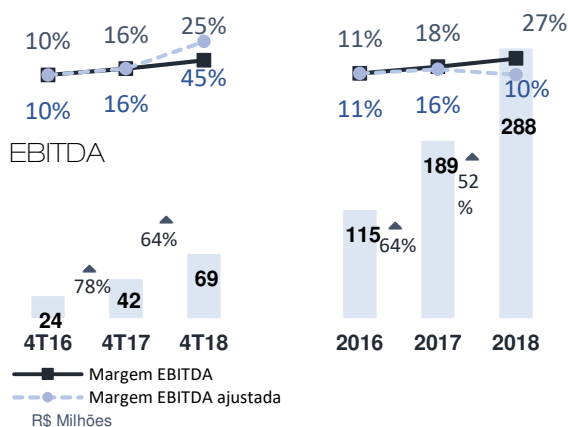
	4T16	4T17	%RL	4T18	%RL	▲%	2016	%RL	2017	%RL	2018	%RL	▲%
Despesas operacionais	(74.949)	(68.561)	27%	(32.510)	12%	-53%	(287.394)	28%	(268.014)	26%	(161.196)	15%	-40%
Vendas	(66.365)	(63.023)	25%	(72.038)	27%	14%	(250.744)	25%	(246.510)	24%	(285.619)	27%	16%
Gerais e administrativas	(9.972)	(11.023)	4%	(14.799)	6%	34%	(37.155)	4%	(35.877)	4%	(45.458)	4%	27%
Outras receitas (despesas)	1.388	5.485	-2%	54.327	-20%	-	505	0%	14.373	-1%	169.881	-16%	-

As despesas administrativas totalizaram R\$ 45 milhões, apresentando crescimento de 27%, decorrente da preparação da estrutura para atender a expansão de novos negócios e inovação digital. Em relação à receita líquida, atingiu índice de 4,3%, 0.8 pp superior ao ano anterior. A Companhia mantém uma postura diligente em relação a custos e despesas e de aumento da receita para retomar o patamar de despesas adequado à operação.

As outras receitas (despesas) operacionais somaram no 4T18 R\$ 54 milhões. Em 2018, totalizaram R\$ 170 milhões e incorporaram os ganhos nos processos judiciais (i) do Polo Ativo - Crédito Prêmio do IPI de R\$ 126 milhões no 2T18 e (ii) do Expurgo de ICMS da base cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$ 55 milhões no 4T18.

EBITDA

	4T16	4T17	4T18	%RL	▲%	2016	2017	2018	%RL	▲%
Lucro líquido	5.243	4.829	28.746	11%	495%	2.142	64.170	134.311	13%	109%
(+) Resultado financeiro	12.386	26.563	16.946	6%	-36%	81.695	68.014	48.091	5%	-29%
(+) Depreciação e amortização	10.343	10.383	10.903	4%	5%	39.504	40.011	43.609	4%	9%
(+) Tributos sobre lucro	(4.444)	20	11.965	4%	58625%	(8.029)	16.822	62.002	6%	269%
EBITDA	23.528	41.795	68.560	25%	64%	115.312	189.017	288.013	27%	52%
(-) Ganhos extraordinários	-	-	54.927			-	(30.042)	(181.922)		
EBITDA ajustado	23.528	41.795	123.487	45%	195%	115.312	158.975	106.091	10%	-33%



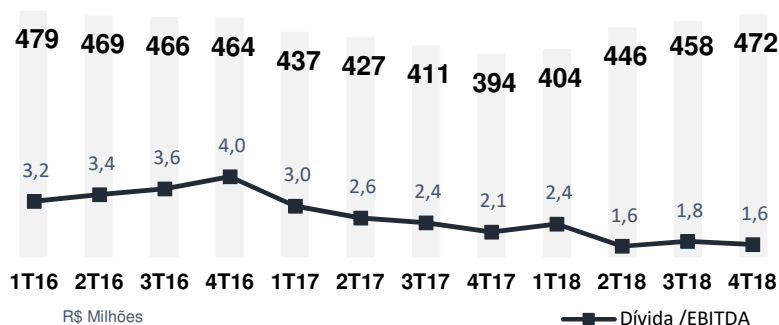
A Companhia encerra 2018 com EBITDA de R\$ 288 milhões e margem de 27%. O crescimento de 52% em relação a 2017 deve-se aos ganhos judiciais extraordinários reconhecidos no ano de 2018.

Considerando apenas o resultado recorrente, o EBITDA seria de R\$ 106 milhões com margem de 10%.

Lucro Líquido

A Companhia apresentou lucro líquido R\$ 134 milhões, valor significativamente superior a qualquer período anterior. Deve-se em grande parte aos ganhos judiciais, refletindo os esforços da administração no atingimento dos resultados almejados.

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

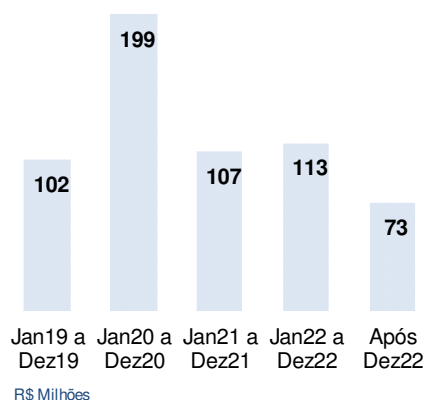


O endividamento líquido da Companhia atingiu R\$ 472 milhões, equivalente a 1,6x o EBITDA dos últimos 12 meses. Quando comparado encerramento de 2017, apesar de aumento na dívida líquida, a relação dívida/EBITDA reduziu de 2,1x para 1,6x.

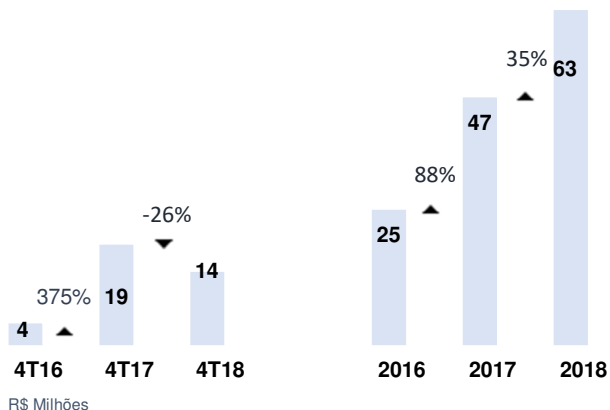
	2016	2017	2018	▲ R\$
Endividamento Bancário	586.661	513.561	595.637	82.076
Endividamento Tributário	79.199	76.774	64.367	(12.407)
(=) Endividamento bruto	665.860	590.335	660.004	69.669
(+) Disponibilidades	(112.196)	(101.317)	(89.875)	11.442
(+) Créditos partes relacionadas	(89.423)	(94.651)	(97.941)	(3.290)
(=) Endividamento líquido	464.241	394.367	472.188	77.821
EBITDA (últimos 12 meses)	115.312	189.017	288.013	98.996
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>4,03</i>	<i>2,09</i>	<i>1,64</i>	
<i>Dívida líquida / PL</i>	<i>1,95</i>	<i>1,38</i>	<i>1,30</i>	

O endividamento teve seu perfil alongado com lançamento de nova série de debêntures em meados do ano. Assim, 83% da dívida tem vencimento no longo prazo.

Cronograma de Amortização (endividamento bruto)



INVESTIMENTOS



Os investimentos totalizaram R\$ 63 milhões, 34% maior do que em 2017. Desse montante, 62% foram destinados à planta de Tijucas - SC, 11% para Planta de Marechal Deodoro – AL, e os 27% restantes para o fortalecimento do varejo, tais como lojas próprias, centros de distribuição e Oficina Portobello.

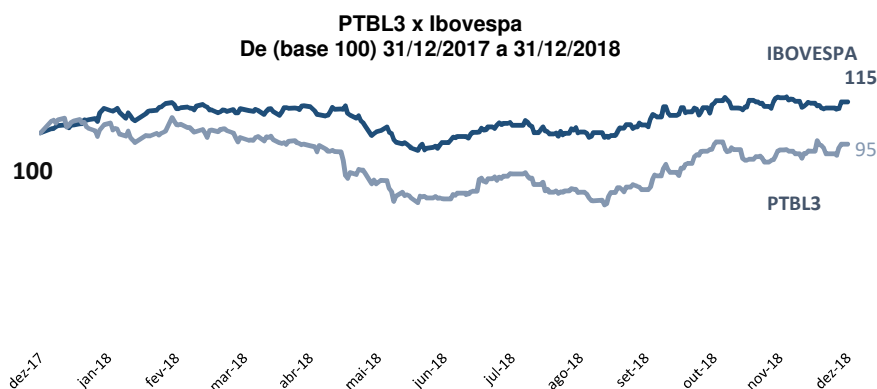
No parque fabril de Tijucas, os investimentos concentraram-se na preparação e atualização para produção de itens de maior valor agregado e formatos maiores.

Na Pointer, a maior parte dos investimentos foram destinados à transformação do parque fabril para rentabilização e qualificação do portfólio de produtos.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA

A Administração irá propor distribuição de dividendos R\$ 31.892, sendo que R\$ 8.922 já foram antecipados sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio em 29 de agosto de 2018. O montante a pagar será de R\$ 22.970, cuja aprovação, forma de pagamento e data de pagamento serão deliberados na Assembleia Geral Ordinária. Assim, a remuneração total a ser distribuída aos acionistas referente ao exercício representará um *dividend yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 3,88%.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3



As ações emitidas pela PBG S.A., negociadas no código PTBL3, encerraram o último pregão de dezembro de 2018 cotadas a R\$ 5,19.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 39 milhões, uma redução de 15% frente aos R\$ 46 milhões do ano anterior. Ao final de 2018, a PBG S.A. apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 822 milhões.

PERSPECTIVAS

- A partir da definição do cenário político no final de 2018, bem como os sinais dados pelo novo governo em relação às reformas, a expectativa para 2019 é de crescimento econômico superior a 2018.
- O mercado da construção civil apresenta retomada, que deve refletir de forma clara na indústria de acabamentos ao longo de 2019.
- Os indicadores setoriais do 2º semestre de 2018 indicam que o varejo será vetor do crescimento do setor de materiais de construção. Assim, o varejo permanece como um dos pilares de crescimento da Companhia, especialmente na ampliação de lojas próprias, nas vendas por meio da Portobello Shop, na ampliação dos lançamentos de produtos e na melhora do serviço, por meio da abertura de mais centros de distribuição.
- No segmento cerâmico, a Companhia espera a continuidade no aumento de *share* do porcelanato, com destaque para esmaltados, e continuidade das tendências recentes de grandes formatos e itens decorados;
- O novo negócio “Officina” continuará crescendo, ganhando representatividade nas vendas bem como na estratégica. Atingindo a maturidade, proporcionando melhor rentabilidade e sendo um diferencial competitivo para a marca Portobello;
- A fábrica de Alagoas e a marca Pointer continuam com a execução do plano de adequação ao contexto do mercado atual, posicionamento da marca, do portfólio de produtos e o resultado econômico. A operação já atingiu seu equilíbrio e as projeções continuam apontando para ganhos adicionais de rentabilidade;
- No mercado externo, os esforços permanecerão na expansão das exportações e internacionalização da Companhia. Neste sentido, a operação de distribuição nos EUA continuará sendo ampliada, com novos centros de distribuição nos estados do Texas e do Tennessee, além do já implantando na Flórida.
- Internamente, a companhia continuará focada nas ações de mitigação dos efeitos do aumento dos preços dos insumos energéticos nas margens. Seja na otimização fabril, na revisão constante de custos e despesas ou na revisão do portfólio de produtos.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da PBG S.A. em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o exercício de 2018, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Nome

Cláudio Ávila da Silva

Cesar Gomes Júnior

Nilton Torres de Bastos Filho

Glauco José Côrte

Geraldo Luciano Mattos Junior

Walter Roberto de Oliveira Longo

Marcos Gouvêa de Souza

Diretoria

Nome

Cargo

Cesar Gomes Júnior

Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva

Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki

Diretor Vice Presidente de Operações e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira

Diretor Vice Presidente

TELECONFERÊNCIA E WEBCAST

Sexta-feira, 22 de fevereiro de 2019 às 14h30min será realizada a teleconferência em português dos resultados referentes ao exercício de 2018.

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3137-8043

Senha: PORTOBELLO

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizada a íntegra do áudio com acesso diretamente pelo web site da companhia (www.ri.portobello.com.br/).

Balauço Patrimonial

Ativo	31-dez-18	31-dez-17	Passivo	31-dez-18	31-dez-17
Circulante	563.867	522.623	Circulante	404.068	414.310
Disponibilidades	82.624	94.379	Empréstimos/Debêntures	101.721	146.402
Contas a Receber	239.463	218.412	Fornecedores e Cessão de Crédito	170.830	149.696
Estoques	213.791	179.323	Impostos e Contribuições Sociais	25.846	31.157
Impostos a Recuperar	10.201	15.922	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.734	31.330
Despesas antecipadas	1.598	1.720	Adiantamentos de Clientes	16.457	12.615
Outros	16.190	12.867	Dividendos a pagar	23.457	6.035
			Outros	29.023	37.075
Não Circulante	1.058.288	729.385	Não Circulante	855.967	552.638
Realizável a Longo Prazo	579.070	268.926	Empréstimos/Debêntures	493.916	367.159
Depósitos Judiciais	116.980	93.501	Fornecedores	101.268	78.496
Impostos a Recuperar	5.287	6.407	IR e CSLL Diferidos	1.965	14.186
Ativo Judicial	317.506	45.969	Parcelamento Obrigações Tributárias	53.574	62.648
Créditos Partes Relacionadas	97.941	94.651	Dívidas com Pessoas Ligadas	62.003	-
Receíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	Provisões	139.605	28.214
Outros Ativos Não Circulante	28.535	15.577	Outros	3.636	1.935
			Patrimônio Líquido	362.120	285.060
Investimentos	298	298	Capital Social	140.000	130.000
Imobilizado	458.331	440.595	Reservas de Lucro	140.063	143.988
Intangível	20.589	19.566	Outros Resultados Abrangentes	(13.852)	(4.172)
			Dividendos adicionais propostos	-	-
			Lucros Acumulados	95.897	15.232
			Part Acionistas Não Controladores	12	12
Total do Ativo	1.622.155	1.252.008	Total do Passivo	1.622.155	1.252.008

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

PBG S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PBG S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PBG S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PBG S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de ativos fiscais - Crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - "Polo Ativo" e Expurgo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.15, nº 15 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu créditos fiscais relevantes decorrentes do Crédito-prêmio do IPI - "Polo Ativo" e tributos incidentes nos montantes de R\$220.260 mil e R\$64.429 mil, respectivamente, e do Expurgo do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$59.381 mil. Esses assuntos exigiram da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo na determinação das estimativas relacionadas ao valor e à probabilidade de entrada dos benefícios econômicos e mensuração dos valores envolvidos. Em virtude da complexidade dos assuntos e, em especial, do ambiente tributário no Brasil, mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração dos ativos fiscais. Analisamos a adequação do reconhecimento dos créditos fiscais em relação às normas e orientações contábeis; analisamos também os valores dos créditos fiscais reconhecidos, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores registrados e que levaram em consideração pareceres e opiniões legais preparados pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; e avaliamos a capacidade de realização dos créditos fiscais. Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas tributários e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento e mensuração dos ativos fiscais, mencionados acima, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 22 de fevereiro de 2018 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 18 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PBG S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas, bem como o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes. Foram examinadas também as demonstrações consolidadas. Após os exames e os esclarecimentos da Administração, o Conselho Fiscal, levando também em conta o parecer dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em fevereiro de 2019 sem ressalvas, e de parecer que, em seus principais aspectos, as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da PBG S.A. e o resultado de suas operações, estando em condições de serem submetidas á apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. Adicionalmente, foram analisadas as propostas da administração relativas à modificação do capital social, orçamentos de capital, a retenção de lucros e a distribuição de dividendos, as quais também estão em condições de serem submetidas a apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Tijucas, 18 de fevereiro de 2019.

Jorge Muller

Maro Marcos Hadlich Filho

Peter Edward Mr Wilson

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.12.2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.12.2018.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Vice-Presidente Institucional

John Shojiro Suzuki – Vice-Presidente de Operações

Mauro do Valle Pereira – Vice-Presidente de Negócios

Tijucas, 18 de fevereiro de 2019.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	67.580	78.756	82.624	94.379	Fornecedores	20a	112.000	112.413	124.874	114.569
Contas a receber de clientes	8	222.065	203.703	239.463	218.412	Cessão com crédito fornecedores	20b	45.956	35.127	45.956	35.127
Estoques	9	206.822	179.166	213.791	179.323	Empréstimos e financiamentos	21	101.721	146.402	101.721	146.402
Adiantamentos a fornecedores		4.112	4.594	7.385	5.136	Empréstimos e financiamentos		99.760	98.678	99.760	98.678
Tributos a recuperar	10	8.393	14.496	10.201	15.922	Debêntures		1.961	47.724	1.961	47.724
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14a	-	4.034	627	4.050	Parcelamento de obrigações tributárias	22	10.718	14.033	10.793	14.126
Demais tributos a recuperar	10	8.393	10.462	9.574	11.872	Impostos, taxas e contribuições	24	3.609	14.430	4.738	15.273
Dividendos a receber	39	28.377	32.529	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14a	8.423	-	10.315	1.758
Despesas antecipadas		1.598	1.699	1.598	1.720	Dividendos a pagar	35	23.428	6.002	23.457	6.035
Outros		6.038	5.680	8.805	7.731	Adiantamentos de clientes		17.329	10.959	16.457	12.615
Total ativo circulante		544.985	520.623	563.867	522.623	Obrigações sociais e trabalhistas		31.720	27.879	36.734	31.330
						Provisão para participação nos lucros		1.264	4.289	1.264	4.289
						Contas a pagar de investimentos	20c	10.676	19.049	11.533	19.049
						Outros		15.754	12.541	16.226	13.737
						Total passivo circulante		382.598	403.124	404.068	414.310
Não circulante						Não circulante					
Créditos com controladas	17.a	84.789	67.861	-	-	Fornecedores	20a	101.268	78.496	101.268	78.496
Créditos com outras pessoas ligadas	11	97.941	94.651	97.941	94.651	Empréstimos e financiamentos	21	492.624	365.982	493.916	367.159
Depósitos judiciais	12	116.949	93.470	116.980	93.501	Empréstimos e financiamentos		198.966	238.003	200.258	239.180
Receíveis da Eletrobrás	13	12.821	12.821	12.821	12.821	Debêntures		293.658	127.979	293.658	127.979
Tributos a recuperar	10	5.015	6.407	5.287	6.407	Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	25	139.575	28.183	139.605	28.214
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14b	-	-	4.353	522	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14b	1.965	14.186	1.965	14.186
Ativos judiciais	15	317.506	45.969	317.506	45.969	Parcelamento de obrigações tributárias	22	53.212	62.226	53.574	62.648
Ativo atuarial	27.1	9.675	5.758	9.675	5.758	Provisão perdas em investimentos	17a	74.534	67.717	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	21	7.251	6.938	7.251	6.938	Provisão para incentivo de longo prazo	28	162	1.935	162	1.935
Outros		6.974	2.358	7.256	2.359	Dívidas com Pessoas Ligadas	15d	62.008	-	62.008	-
		658.921	336.233	579.070	268.926	Outros LP		3.122	-	3.469	-
Total do realizável a longo prazo		1.203.906	856.856	1.142.937	791.549	Total passivo não circulante		928.470	618.725	855.967	552.638
						Patrimônio líquido	29				
Investimentos						Capital social realizado		140.000	130.000	140.000	130.000
Participação em controladas	17a	19.937	9.131	-	-	Reservas de lucros		235.960	143.988	235.960	143.988
Outros investimentos		298	298	298	298	Ajuste de avaliação patrimonial		(13.852)	(4.172)	(13.852)	(4.172)
Imobilizado	18	440.384	431.122	458.331	440.595	Dividendos adicionais propostos	35	-	15.232	-	15.232
Intangível	19	8.651	9.490	20.589	19.566						
		469.270	450.041	479.218	460.459			362.108	285.048	362.108	285.048
Total ativo não circulante		1.128.191	786.274	1.058.288	729.385	Participação dos não controladores		-	-	12	12
								362.108	285.048	362.120	285.060
Total do ativo		1.673.176	1.306.897	1.622.155	1.252.008	Total do passivo e patrimônio líquido		1.673.176	1.306.897	1.622.155	1.252.008

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações dos resultados

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017	Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017
Receita líquida de venda	30	954.071	929.818	1.054.190	1.023.937
Custo dos produtos vendidos	31	(645.055)	(603.886)	(648.590)	(606.917)
Lucro operacional bruto		309.016	325.932	405.600	417.020
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	31	(231.055)	(204.156)	(285.619)	(246.510)
Gerais e administrativas	31	(38.673)	(35.251)	(45.458)	(35.877)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	171.263	13.982	169.881	14.373
Resultado de equivalência patrimonial	17a	26.974	38.023	-	-
		<u>(71.491)</u>	<u>(187.402)</u>	<u>(161.196)</u>	<u>(268.014)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		237.525	138.530	244.404	149.006
Resultado financeiro	32				
Receitas financeiras		10.593	24.185	11.218	24.892
Despesas financeiras		(66.935)	(91.976)	(68.534)	(92.896)
Variação cambial líquida		9.225	(20)	9.225	(10)
		<u>(47.117)</u>	<u>(67.811)</u>	<u>(48.091)</u>	<u>(68.014)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		190.408	70.719	196.313	80.992
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(10.710)	-	(20.418)	(10.239)
Diferido		(45.416)	(6.583)	(41.584)	(6.583)
		<u>(56.126)</u>	<u>(6.583)</u>	<u>(62.002)</u>	<u>(16.822)</u>
Lucro líquido do período		134.282	64.136	134.312	64.170
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia		134.282	64.136	134.282	64.136
Participação dos não controladores		-	-	30	34
Quantidade por lote de mil ações em circulação na data do balanço				<u>158.489</u>	<u>158.489</u>
Lucro básico e diluído do período por ação - R\$	33			<u>0,85</u>	<u>0,40</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017	Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017
Resultado líquido do período		134.282	64.136	134.312	64.170
Outros componentes do resultado abrangente		(8.354)	(742)	(8.354)	(742)
Ganho (perda) atuarial	27.1	3.917	261	3.917	261
IR/CSLL s/ganho atuarial		(1.332)		(1.332)	
Variação cambial de controlada localizadas no exterior	17a	(10.939)	(1.003)	(10.939)	(1.003)
Total do resultado abrangente do período		125.928	63.394	125.958	63.428
Resultado abrangente do período atribuível a					
Acionistas da Companhia		125.928	63.394	125.928	63.394
Participação dos não controladores		-	-	30	34

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros (prejuízos) acumulados	Total PL Controladora	Participação de não controladores	Total PL Consolidado
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a destinar		Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes				
Controladora e Consolidado															
Em 31 de dezembro de 2016		119.565	-	-	15.219	103.197	2.713	-	37.060	(28.520)	(10.786)	-	238.448	11	238.460
Destinações após AGO 2017 - Aumento de capital		10.435	-	-	-	-	(10.435)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações após AGO 2017 - Constituição de reserva		-	-	-	-	(7.797)	7.797	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações após AGO 2017 - Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	(1.184)	-	-	1.184	-	-	-	-
Ganho (perda) atuarial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	261	-	262	-	262
Variação cambial de controlada localizada no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.003)	-	-	(1.003)	-	(1.003)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.136	64.136	34	64.170
Constituição de reserva legal (5%)		-	-	-	3.207	-	-	-	-	-	-	(3.207)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (líquido de antecipações)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.618)	(5.618)	(33)	(5.651)
Proposta de destinação de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	15.232	-	-	-	(15.232)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(75)	-	-	-	-	(11.101)	(11.176)	-	(11.178)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	-	30.162	-	-	-	-	(30.162)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017		130.000	-	-	18.426	95.400	30.162	15.232	35.876	(29.523)	(10.525)	-	285.048	12	285.060
Destinações após AGO 2018 - Aumento de capital		10.000	-	-	-	-	(10.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações após AGO 2018 - Constituição de reserva		-	-	-	-	19.522	(19.522)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações após AGO 2018 - Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(15.232)	-	-	-	-	(15.232)	-	(15.232)
Realização de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	(1.184)	-	-	1.184	-	-	-
Ganho (perda) atuarial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.445	-	2.445	-	2.445
Variação cambial de controlada localizada no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	(10.939)	-	-	(10.939)	-	(10.939)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	134.281	134.282	-	134.312
Constituição de reserva legal (5%)		-	-	-	6.714	-	-	-	-	-	-	(6.714)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (líquido de antecipações)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.328)	(15.328)	-	(15.357)
Proposta de destinação de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(640)	-	-	-	-	(17.525)	(18.169)	-	(18.169)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	-	95.898	-	-	-	-	(95.898)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018		140.000	-	-	25.140	114.922	95.898	-	34.692	(40.462)	(8.080)	0	362.107	12	362.120

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações de fluxo de caixa

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017	Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017
Caixa líquido das atividades operacionais	(25.183)	67.386	5.392	102.736
Caixa gerado nas operações	84.877	94.186	128.275	145.122
Resultado do período antes dos tributos	190.408	70.719	196.313	80.992
Depreciação e amortização	38.908	36.841	43.602	40.011
Equivalência patrimonial	(26.974)	(38.023)	-	-
Variação cambial não realizada	(15.574)	7.672	(9.986)	7.670
Variação cambial não realizada de empréstimo	953	8.673	953	8.673
Variação cambial não realizada Portobello America	(16.527)	(1.001)	(10.939)	(1.003)
Provisão de avaliação de estoque a valor de mercado	9	2.770	2.770	(2.453)
Provisão para devedores duvidosos	8	(713)	(464)	(464)
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	25	61.671	(18.609)	61.671
Provisões de obrigações sociais e trabalhistas		(2.742)	(1.997)	(3.225)
Provisão para participação nos lucros e incentivo de longo prazo		(4.798)	(1.088)	(4.798)
Outras provisões		1.199	(4.356)	1.199
Empréstimo compulsório Eletrobrás	13	-	19.387	-
Ativos tributários		(209.529)	(19.234)	(209.529)
Atualizações de Créditos com outras pessoas ligadas	11	(3.290)	(5.228)	(3.290)
Atualizações Encargos financeiros com tributos parcelados		5.879	4.903	5.913
Juros provisionados de empréstimos e debêntures		46.388	51.577	46.502
Deságio sobre créditos recebidos de partes relacionadas		-	-	-
Outros		1.274	(5.461)	1.579
Variações nos ativos e passivos		(65.805)	24.861	(82.507)
Contas a receber	8	(17.649)	(581)	(20.605)
Estoque	9	(30.426)	8.892	(37.238)
Depósitos judiciais	12	(23.479)	(11.777)	(23.479)
(Aumento)/redução de créditos com pessoas ligadas		-	-	-
Tributos a recuperar	10	3.461	1.868	3.418
Aplicação financeira vinculadas		(313)	(487)	(313)
Outros ativos		(5.183)	(3.376)	(6.169)
Contas a pagar		33.188	36.967	43.906
Adiantamento a fornecedores		482	(1.569)	(2.249)
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	25	(4.085)	(4.212)	(4.085)
Adiantamento de clientes		6.370	(1.740)	3.842
Parcelamentos	22	(18.208)	(7.306)	(18.320)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(6.726)	6.081	(18.458)
Aumento/(redução) de contas a pagar de investimento		(8.373)	-	(7.516)
Outras contas a pagar		5.136	2.101	4.759
Outros		(44.255)	(51.661)	(40.376)
Juros pagos		(44.659)	(51.661)	(44.659)
Imposto de renda e contribuição social pagos		404	-	4.283
Caixa líquido das atividades de investimento	(34.507)	(2.173)	(65.661)	(27.534)
Aquisição do ativo imobilizado	18b	(46.844)	(18.336)	(59.266)
Aquisição do ativo intangível	19b	(3.462)	(1.863)	(6.395)
Dividendos recebidos		32.532	15.892	-
Recebimento de créditos com partes relacionadas		(401)	2.190	-
Recebimento na venda de ativo permanente		-	(56)	(55)
Integralização de capital em controladas	17.a	(16.332)	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	48.514	(86.542)	48.514	(86.568)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures		412.268	117.804	412.268
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(334.053)	(194.237)	(334.053)
Dividendos pagos		(29.701)	(10.109)	(29.701)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(11.176)	(21.329)	(11.755)	(11.366)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		78.756	100.085	94.379
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		67.580	78.756	82.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os períodos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017	Acumulado em 31 de dezembro de 2018	Acumulado em 31 de dezembro de 2017
Receitas		1.383.641	1.190.896	1.493.418	1.294.470
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.170.180	1.146.609	1.290.114	1.258.421
Outras receitas		212.749	41.904	202.858	33.666
Reversão (provisão) para crédito liquidação duvidosa	8	712	464	446	464
Insumos adquiridos de terceiros		(645.537)	(584.180)	(665.623)	(597.446)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos		(422.684)	(401.452)	(422.729)	(403.318)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(223.172)	(183.452)	(242.871)	(194.563)
Perda/Recuperação de Valores Ativos		319	724	(23)	435
Valor adicionado bruto		738.104	606.716	827.795	697.024
Retenções		(38.908)	(36.841)	(43.608)	(40.011)
Depreciação e amortização	18b e 19b	(38.908)	(36.841)	(43.608)	(40.011)
Valor adicionado líquido produzido		699.196	569.875	784.187	657.013
Valor adicionado recebido em transferência		87.216	88.755	60.877	51.449
Resultado de equivalência patrimonial	17a	26.974	38.023	-	-
Receitas financeiras		60.242	50.732	60.877	51.449
Valor adicionado total a distribuir		786.412	658.630	845.064	708.462
Distribuição do valor adicionado		786.412	658.630	845.064	708.462
Pessoal		217.406	201.293	247.336	223.762
Remuneração direta		182.086	169.899	207.993	189.505
Benefícios		22.275	19.910	24.384	21.288
FGTS		13.045	11.484	14.959	12.969
Impostos, taxas e contribuições		314.922	263.507	336.574	286.304
Federais		164.215	115.267	184.990	137.638
Estaduais		149.937	147.542	150.693	147.925
Municipais		770	698	891	741
Remuneração de capitais de terceiros		119.802	129.694	126.842	134.226
Juros		107.360	118.541	108.992	119.485
Aluguéis		12.442	11.153	17.850	14.741
Remuneração de capitais próprios		134.282	64.136	134.312	64.170
Juros sobre o capital próprio		7.273	11.101	7.273	11.101
Dividendos		12.837	20.850	12.837	20.850
Lucros retidos		114.172	32.185	114.172	32.185
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	30	34

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 04 de agosto de 2017, e que detém, em 31 de dezembro de 2018, 54% das ações da Companhia. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra treze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde do segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais no Sudeste e (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano e gradativamente retoma as operações a partir do segundo semestre de 2018.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Controladora e Consolidado, respectivamente, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

e) Sistema EmpresasNet (ENET)

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidações

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2018 é: Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 99,91%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 33.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

3.4 Ativos Financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, e outras contas a receber.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expirem os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Passivos financeiros

(i)Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

(ii)Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii)Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 17).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 19, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.12 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.15 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.17 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa nº 28). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.18 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 29.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado.

3.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties dos franqueados é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.21 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.22 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Em 2018, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018. As principais alterações da Companhia são:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto</u>
IFRS 2 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações. CPC 10 (R1).	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes. CPC 47	Estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	Vide abaixo.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. CPC 48	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	Vide abaixo.
Alterações à IAS 40- Transferências de	As alterações esclarecem em que momento uma entidade deve transferir propriedades,	Não houve impacto significativo com a

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Propriedade para Investimento. CPC 28	incluindo construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando deve retirá-las.	adoção desta norma.
Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017)	Essas melhorias compreendem: - IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - Supressão de isenções de curto prazo para entidades que adotam as IFRS pela primeira vez; - IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures - Esclarecimento que mensura as investidas ao valor justo por meio do resultado é uma opção que considera investimento por investimento.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro - Alterações à IFRS 4	As alterações introduzem duas opções para as entidades que emitem contratos de seguro: uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 e uma abordagem de sobreposição.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação	A Interpretação esclarece que, ao determinar a taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do ativo, despesa ou resultado (ou parte dele) relacionado na baixa de um ativo não monetário ou de um passivo não monetário relacionado a adiantamento de contraprestação, a data da transação será aquela em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.

Em 01 de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes. A Companhia não identificou impactos significativos, quando da adoção destas normas.

A Companhia, conforme CPC 48 / IFRS 9, reconhece, mensura e classifica os ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros conforme segue:

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativo financeiro: são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são mensurados após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes na IAS 39 (mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda).

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: o CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) e agora a Companhia reconhece por um modelo prospectivo de “perdas de crédito

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

esperadas”. Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos Financeiros: São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são mensurados após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) ou (ii) outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As variações de valor justo dos passivos designados como VJR são apresentadas da seguinte forma:

– o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em VJORA; e

– o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(ii) Classificação

Ativos Financeiros: São classificados em três categorias, (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) mesurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Passivos Financeiros: são classificados em duas categorias, (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) ou (ii) outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

Para os instrumentos financeiros derivativos, a adoção desta norma não apresentou alterações nas políticas contábeis da Companhia.

a) Normas vigentes a partir de 1º janeiro de 2019

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para períodos anuais a partir de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto	Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou <i>joint venture</i> , o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado.	Indeterminado

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(*joint venture*). CPC(*).

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil. CPC 06	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. Requer que os arrendatários contabilizem as demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de serviço de valor baixo.	01.01.2019
IFRS 17 Contratos de seguro. CPC(*).	Norma contábil abrangente para contratos de seguros que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos mesmos. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo de contabilidade para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras. Comparado com os requisitos da IFRS 4, que são amplamente baseados em políticas contabilísticas locais vigentes anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, tratando de todos os aspectos contábeis relevantes.	01.01.2021

(*) O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente a esse IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos alterações à IFRS 10 e à IAS 28 e IFRS 17 - Contratos de Seguro, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

(i) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Durante o ano de 2018, a Companhia avaliou os potenciais impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06(R2)/IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas:

- i) Levantamento dos contratos;
- ii) Abordagem de transição;
- iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e
- iv) Impactos na adoção inicial.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Dos contratos que abrange o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos.

(ii) ICPC 22/IFRIC 23: Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 aprovada em 07/12/2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019 descreve a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A interpretação requer que a entidade divulgue:

(a) julgamentos feitos ao determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais,

(b) informações sobre as premissas feitas ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

Na avaliação da Companhia, a adoção dessas alterações não terão impactos significativos sobre as demonstrações financeiras, considerando que os procedimentos utilizados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em conformidade com a legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 27.1.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme descrito na nota explicativa nº 11.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos conforme descrito na nota explicativa nº 23.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº21. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa nº 26b.

f) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Nota explicativa 15 – Ativos judiciais
- Nota explicativa 16 – Ativo contingente

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria financeira identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Riscos de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia apresenta a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	51.214	52.785	51.214	52.785
Conta corrente	5.470	3.806	5.470	3.806
Créditos com controladas	84.255	67.728	-	-
Ativos expostos	140.939	124.319	56.684	56.591
Provisão para perdas em investimentos	(74.534)	(67.717)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(6.896)	(9.718)	(6.896)	(9.718)
Fornecedores de investimento	(8.793)	(12.392)	(8.793)	(12.392)
Empréstimos e financiamentos	(59.134)	(42.303)	(59.134)	(42.303)
(-) Operação Swap	23.706	-	23.706	-
Passivos expostos	(125.651)	(132.130)	(51.117)	(64.413)
Exposição líquida	15.288	(7.811)	5.567	(7.822)

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	338	317	338	317	12.811	12.659	12.811	12.659
Conta corrente	-	-	-	-	1.412	1.150	1.412	1.150
Créditos com controladas	-	-	-	-	21.744	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(18.770)	(20.471)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(1.592)	(541)	(1.592)	(541)	(2.268)	(2.288)	(2.268)	(2.288)
Fornecedores de investimento	-	(3.122)	-	(3.122)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(9.148)	(12.788)	(9.148)	(12.788)
	(1.254)	(3.346)	(1.254)	(3.346)	5.781	(1.264)	2.807	(1.267)

A Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações. Em 31 de dezembro de 2018, a exposição cambial líquida se mantém positiva.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	101.721	-	157.956	10.718	146.051	351	112.413	14.033
Entre um e dois anos	306.842	-	101.268	21.918	252.500	-	78.496	21.334
Entre dois e cinco anos	182.125	-	-	31.294	102.778	-	-	32.001
Acima de cinco anos	3.657	-	-	-	14.836	-	-	8.891
	<u>594.345</u>	<u>-</u>	<u>259.224</u>	<u>63.930</u>	<u>516.165</u>	<u>351</u>	<u>190.909</u>	<u>76.259</u>

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	101.721	-	170.830	10.793	146.051	351	114.569	14.126
Entre um e dois anos	308.134	-	101.268	22.068	253.677	-	78.496	21.478
Entre dois e cinco anos	182.125	-	-	31.506	102.778	-	-	32.217
Acima de cinco anos	3.657	-	-	-	14.836	-	-	8.953
	<u>595.637</u>	<u>-</u>	<u>272.098</u>	<u>64.367</u>	<u>517.342</u>	<u>351</u>	<u>193.065</u>	<u>76.774</u>

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de dezembro de 2018 a administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 6,40% e da Selic para 6,50%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

	31 de dezembro de 2018	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de Giro	(1.292)	Alta CDI	6,40%	(83)	8,00%	(103)	9,60%	(124)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(133.743)	Alta CDI	6,40%	(8.560)	8,00%	(10.699)	9,60%	(12.839)
Debêntures	(295.619)	Alta CDI	6,40%	(23.650)	8,00%	(24.100)	9,60%	(28.379)
	<u>(430.654)</u>			<u>(32.293)</u>		<u>(34.902)</u>		<u>(41.342)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	(64.367)	Alta Selic	6,50%	(4.184)	8,13%	(5.230)	9,75%	(6.276)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	31 de dezembro de 2018	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	51.214	3,850 (328)	4,813	12.804	5,775	25.607	
Conta corrente	5.470	3,850 (35)	4,813	1.368	5,775	2.735	
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(15.689)	3,850 100	4,813	(3.922)	5,775	(7.845)	
Fornecedores de investimento	(8.793)	3,850 56	4,813	(2.198)	5,775	(4.397)	
Empréstimos e financiamentos	(59.151)	3,850 379	4,813	(14.788)	5,775	(29.576)	
(-) Contrato de Swap	23.706	3,850 (152)	4,813	5.927	5,775	11.853	
Exposição líquida	(3.243)	20		(809)		(1.623)	

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 28 de dezembro de 2018.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma à obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários.

Os índices em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos	594.345	512.384	595.637	513.561
Parcelamento de obrigações tributárias	63.930	76.259	64.367	76.774
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(67.580)	(78.756)	(82.624)	(94.379)
Créditos com outras pessoas ligadas	(97.941)	(94.651)	(97.941)	(94.651)
Aplicações Financeiras	(7.251)	(6.938)	(7.251)	(6.938)
Dívida líquida	485.503	408.298	472.188	394.367
Total do patrimônio líquido	362.108	285.048	362.120	285.060
Dívida líquida / PL (%)	1,34	1,43	1,30	1,38

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	67.580	78.756	82.624	94.379
Aplicações financeiras	7.251	6.938	7.251	6.938
Derivativos	3.375	-	3.375	-
Custo amortizado				
Créditos com outras pessoas ligadas	97.941	94.651	97.941	94.651
Contas a receber de clientes	222.065	203.703	239.463	218.412
	398.212	384.048	430.654	414.380
Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	157.956	147.540	170.830	149.696
Empréstimos, financiamentos e debêntures	594.345	512.384	595.637	513.561
Parcelamento de obrigações tributárias	63.930	76.259	64.367	76.774
	816.231	736.183	830.834	740.031

A aplicação financeira é um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste.

6 Caixa e equivalentes de caixa

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2018 foi equivalente a 95,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Conta corrente	12.290	12.801	22.886	15.417
Aplicações financeiras	55.290	65.955	59.738	78.962
	<u>67.580</u>	<u>78.756</u>	<u>82.624</u>	<u>94.379</u>

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em junho de 2018 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) e em conjunto uma operação de *Swap*, que visa proteger os pagamentos futuros desses empréstimos e financiamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Esta operação está classificada no passivo circulante e não circulante.

A operação de Crédito Exportação (NCE) foi de US\$ 6.100, equivalente a R\$ 23.999 ao custo de 2,10% a.a + LIBOR-03 mais variação cambial, ao ano, com Swap para 100% CDI + 1,40% ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 12 meses. As amortizações são trimestrais.

No ano somou uma perda não realizado no valor de R\$ 764, conforme nota explicativa nº 33.

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Contas a receber de clientes

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	171.741	153.302	188.641	167.560
Mercado externo	51.214	52.785	51.214	52.785
	<u>222.955</u>	<u>206.087</u>	<u>239.855</u>	<u>220.345</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	781	-	1.546	451
	<u>781</u>	<u>-</u>	<u>1.546</u>	<u>451</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.671)	(2.384)	(1.938)	(2.384)
	<u>(1.671)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(1.938)</u>	<u>(2.384)</u>
	<u>222.065</u>	<u>203.703</u>	<u>239.463</u>	<u>218.412</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a. Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora					
	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2017	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	212.671	(509)	0,2%	199.172	-	
Vencidos até 30 dias	7.353	(273)	4%	2.979	(111)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	1.971	(118)	6%	1.354	(142)	10%
Vencidos de 91 a 180 dias	755	(155)	21%	272	(49)	18%
Vencidos de 181 a 360 dias	584	(214)	37%	1.100	(872)	79%
Vencidos há mais de 360 dias	402	(402)	100%	1.210	(1.210)	100%
	<u>223.736</u>	<u>(1.671)</u>	<u>0,7%</u>	<u>206.087</u>	<u>(2.384)</u>	

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2017	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	228.664	(509)	0,2%	213.431	-	
Vencidos até 30 dias	8.099	(328)	4%	3.070	(111)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	2.363	(151)	6%	1.411	(142)	10%
Vencidos de 91 a 180 dias	980	(181)	18%	305	(49)	16%
Vencidos de 181 a 360 dias	804	(278)	35%	1.350	(872)	65%
Vencidos há mais de 360 dias	491	(491)	100%	1.229	(1.210)	98%
	<u>241.401</u>	<u>(1.938)</u>	<u>0,8%</u>	<u>220.796</u>	<u>(2.384)</u>	<u>1,08%</u>

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A perda estimada da Companhia tem como política da empresa o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos da norma internacional IFRS 9/CPC 48.

O critério utilizado pela companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a companhia realiza o arrasto da carteira.

Em 31 de dezembro de 2018, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 76.502 (R\$ 79.332 em 31 de dezembro de 2017).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos acabados	179.476	144.331	186.188	144.488
Produtos em processo	7.311	6.207	7.446	6.207
Matérias-primas e materiais de consumo	29.848	31.729	29.970	31.729
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(9.813)	(7.043)	(9.813)	(7.043)
Importações em andamento	-	3.942	-	3.942
	<u>206.822</u>	<u>179.166</u>	<u>213.791</u>	<u>179.323</u>

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

10 Tributos a recuperar ou demais tributos a recuperar

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante				
ICMS	4.809	5.646	5.275	6.120
IPI (a)	2.655	3.051	2.767	3.399
IRRF/CSRF	512	1.612	549	1.635
IRPJ/CSLL	-	4.034	627	4.050
PIS/COFINS	-	-	422	421
Reintegra (b)	93	-	93	-
Outros	324	153	468	297
	<u>8.393</u>	<u>14.496</u>	<u>10.201</u>	<u>15.922</u>
Não circulante *				
ICMS	3.203	2.728	3.475	2.728
PIS/COFINS	1.812	3.679	1.812	3.679
	<u>5.015</u>	<u>6.407</u>	<u>5.287</u>	<u>6.407</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a. Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia é permitida pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

b. Reintegra

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) consiste na devolução de parte do montante exportado na forma de crédito tributário para redução de tributos federais.

Em 31 de dezembro de 2018 os créditos tributários referentes ao Reintegra foram R\$ 93. Em 31 de dezembro de 2017, o valor era R\$ 862 registrados em outros ativos circulantes, sendo reclassificado na rubrica patrimonial em 2018.

11 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deve ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2018, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 97.941 (R\$ 94.651 em 31 de dezembro de 2017) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 ,07 e 08 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

12 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária (vide nota explicativa nº 25) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Cível (a)	101.316	78.568	101.316	78.568
Trabalhista	8.848	8.381	8.848	8.381
Tributária	6.785	6.521	6.816	6.552
	<u>116.949</u>	<u>93.470</u>	<u>116.980</u>	<u>93.501</u>

a. A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido às revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

Em 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. No período até 31 de dezembro de 2018 o valor permanece o mesmo.

A Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileira S/A) interpôs Agravo de Instrumento no Cumprimento de Sentença e obteve decisão liminar favorável para cassar a decisão que determinou o pagamento em favor da Companhia, assim como a retomada ao procedimento de liquidação de sentença. O acórdão transitou em julgado em julho/2018. A Companhia reafirma sua certeza em relação ao valor ora reconhecido e sua realização em médio prazo.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Imposto de renda	-	2.823	495	2.839	(6.152)	-	(7.527)	(1.284)
Contribuição social	-	1.211	132	1.211	(2.271)	-	(2.788)	(474)
	-	4.034	627	4.050	(8.423)	-	(10.315)	(1.758)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Prejuízos fiscais	10.607	15.288	10.607	15.288
Diferenças temporárias ativas	38.727	21.570	43.081	22.092
Variações cambiais pelo regime de caixa	648	2.873	648	2.873
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.899	1.841	1.899	1.841
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributarias	15.577	8.585	15.577	8.585
Provisão tributária Pis/Cofins - Polo Ativo	6.927	-	6.927	-
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	485	2.116	485	2.116
Prejuízos fiscais em controladas	-	-	4.354	522
Outras diferenças temporárias ativas	13.191	6.155	13.191	6.155
Diferenças temporárias passivas	(51.298)	(51.044)	(51.299)	(51.044)
Portobello previdência	(3.289)	(1.957)	(3.289)	(1.957)
Realização da reserva de reavaliação	(17.871)	(18.481)	(17.871)	(18.481)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	-	(2.591)	-	(2.591)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	-	(7.461)	-	(7.461)
Contingência ativa - Semestralidade do PIS	(2.607)	(3.025)	(2.607)	(3.025)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(10.267)	(2.552)	(10.267)	(2.552)
Ajuste a valor presente	(11.862)	(1.405)	(11.864)	(1.405)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(1.043)	(9.213)	(1.042)	(9.213)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(1.965)	(14.186)	2.388	(13.664)
Ativo não circulante	-	-	4.353	522
Passivo não circulante	(1.965)	(14.186)	(1.965)	(14.186)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2018 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2017	(14.186)	(13.664)
Prejuízos fiscais	(4.681)	(4.681)
Prejuízos fiscais em controladas	-	3.832
Diferenças temporárias ativas	17.156	17.156
Diferenças temporárias passivas	(864)	(864)
Reserva de reavaliação	610	610
Em 31 de dezembro de 2018	(1.965)	2.389

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2018
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	(4.681)	(4.681)
Variações cambiais pelo regime de caixa	(2.226)	(2.226)
Provisão para ajuste a valor de mercado	58	58
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributarias	6.856	6.856
Provisão tributária Pis/Cofins - Polo Ativo	6.927	6.927
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(1.631)	(1.631)
Prejuízos fiscais de controladas	-	3.832
Outras diferenças temporárias ativas	7.173	7.173
	<u>12.476</u>	<u>16.308</u>
Portobello previdência	(1.332)	(1.332)
Realização da reserva de reavaliação	610	610
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(215)	(215)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	-	-
Contingência ativa - Semestralidade do Pis	3.025	3.025
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(55)	(55)
Ajuste a valor presente	362	362
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(2.648)	(2.648)
	<u>(252)</u>	<u>(252)</u>
	<u>12.223</u>	<u>16.055</u>

As diferenças com a relação a nota explicativa 14b estão apresentadas como contingencia tributarias conforme nota explicativa 25.

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes do imposto	<u>190.408</u>	<u>70.719</u>	<u>196.313</u>	<u>80.992</u>
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(65.352)	(24.044)	(66.747)	(27.537)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	9.785	12.928	-	-
Despesas não dedutíveis	3.059	4.533	3.059	4.533
Depreciação de ativos reavaliados	(610)	(610)	(610)	(610)
Outros	(3.008)	7.193	2.295	6.792
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (corrente e diferido)	<u>(56.125)</u>	<u>(6.583)</u>	<u>(62.002)</u>	<u>(16.822)</u>
Aliquota efetiva	<u>29,5%</u>	<u>9,3%</u>	<u>31,6%</u>	<u>20,8%</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Baseados em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes foi realizado uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, os quais foram submetidos aprovação junto ao Conselho Fiscal, no dia 12 de fevereiro de 2019, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

Período	Consolidado
2019	33
2020	682
2021	964
2022	1.125
2023 a 2026	1.550
Total - Ativos diferidos	4.354

15 Ativos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Crédito-prêmio do IPI (a)		
Processo nº 1987.0000.645-9	22.414	21.945
Processo nº 1984.00.020114-0	7.784	7.621
Semestralidade do PIS (b)	-	8.896
Correção cédulas de crédito rural (c)	7.667	7.507
Expurgo do ICMS s/ PIS E COFINS (e)	59.381	-
Crédito-premio do IPI - "Polo Ativo"(d)	220.260	-
	317.506	45.969

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, sendo que o valor reconhecido em novembro de 2009, atualizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 22.414.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que está atualizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7.784.

b) Semestralidade do PIS

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2017 a Companhia reconheceu o ativo referente a Semestralidade do PIS, baseado no trânsito em julgado de maio de 2017, pelo qual obteve-se decisão favorável no Superior Tribunal Federal – STF para reaver valores pagos a maior a título de PIS. Em outubro de 2017, foi dada entrada no pedido de habilitação do crédito, o qual resultou deferido em novembro de 2018.

Em dezembro de 2018, a Companhia compensou integralmente os créditos habilitados com tributos federais.

c) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a Companhia, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O Banco do Brasil em sede de reclamação ajuizada no Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão liminar para determinar a suspensão do processo de execução individual proposta pela Companhia. O valor atualizado da parcela incontroversa até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7.667 (R\$ 7.507 em 31 de dezembro de 2017).

d) Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo judicial que trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados ‘crédito-prêmio do IPI’ (1998.34.00.029022-4), classificado em março de 2018 como um ativo contingente passou a ser reconhecido no segundo trimestre de 2018 como ativo judicial.

A entrada de benefícios econômicos passou a ser considerada praticamente certa devido a manifestação da União-Fazenda Nacional no referido processo, que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 (base agosto/15) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056.

Não cabem recursos adicionais sobre a parcela incontroversa, dado que consumou-se a confissão do devedor – União Federal.

O processo iniciou-se em 1984, já tramitou pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença. A Companhia já está promovendo a execução de sentença.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do ativo devido em favor da Companhia está quantificado em R\$ 220.260, valor este homologado pelo Juízo da 6ª Vara Federal em sentença no processo de execução.

Concomitante ao reconhecimento do ativo, foi contabilizado no passivo uma obrigação de R\$ 62.008 com a Refinadora Catarinense S/A, inicialmente a parte autora da ação, posto que, em 2002, houve a substituição da titularidade do processo (pólo ativo) e a eleição pela Companhia de utilização destes créditos em compensação tributária. Mencionada operação foi prevista em contrato, formalizada entre as partes, originando o montante devido à mencionada parte relacionada.

Desta forma, o valor do ativo líquido da Companhia é de R\$ 158.252.

e) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS destacado. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Em 15 de março de 2017, em decisão favorável proferida pelo STF em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado naquela época.

Em 02 de julho de 2018, conforme certidão lavrada pela Secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o referido processo transitou em julgado, portanto, esgotaram as possibilidades de recurso contra a decisão judicial. Desta forma, não se admite mais a revisão da determinação do tribunal e também a interposição de novos recursos

Em 14 de agosto de 2018 a Companhia ingressou na Receita Federal com o pedido de habilitação de crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado a fim de que possa utilizar os créditos entre novembro de 2009 e outubro de 2014, conforme determinado na decisão judicial.

Em 13 de dezembro 2018 fora proferida decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 59.381. A Companhia pretende proceder a realização desses créditos na compensação de tributos federais em relação às competências de janeiro a outubro de 2019.

16 Ativo contingente

A parcela controversa do processo judicial 1998.34.00.029022-4, mencionado na nota explicativa 15 d, é mantida como um ativo contingente, dado que a União-Fazenda Nacional divergiu do montante apurado.

A União Federal alega divergências entre as bases apuradas pela Companhia e as bases da Receita Federal no valor de R\$ 66.056 (base agosto/15). Deste valor a parte líquida que cabe à Companhia é de R\$ 9.908 (base agosto/15) e a diferença é para a Refinadora Catarinense honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2018, o valor é de aproximadamente R\$ 11.665.

Em relação à esta parcela controversa, a Administração mantém o entendimento de que sua realização é provável. E desta forma é mantida sua divulgação em nota explicativa. Aguarda-se os próximos movimentos jurídicos para reconhecimento da parcela controversa do ativo.

17 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita*	Resultado*
Em 31 de dezembro de 2017						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	26	67.743	-	(67)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	14.359	8.425	62.772	5.215
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	40.380	39.900	63.510	32.528
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	2.079	1.495	9.336	339
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2.121	(2)	-	8
Em 31 de dezembro de 2018						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	18.088	90.818	3.047	(5.156)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	26.912	16.644	76.841	4.334
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	36.089	35.609	65.049	28.377
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	3.312	2.479	10.110	249
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	99,91%	9.461	1.118	1.420	974

As controladas são empresas de capital fechado, cuja a movimentação é a seguinte:

	Resultado do período líquido	Percentual de participação	31 de dezembro de 2017	Variações cambiais	Integração de capital	Lucros nos estoques	Resultado equivalente patrimonial	Dividendos propostos	Varição participação acionária	31 de dezembro de 2018
Investimentos										
Portobello América Inc.	(72.730)	(5.156)	100%	(67.717)	(10.939)	11.082	(1.804)	(5.156)	-	(74.534)
PBTech Ltda.	10.274	4.337	99,94%	5.934	-	-	4.334	-	-	10.268
Portobello Shop S.A.	480	28.405	99,90%	480	-	-	28.377	(28.377)	-	480
Mineração Portobello Ltda.	835	250	99,76%	584	-	-	249	-	-	833
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	8.351	975	99,91%	2.123	-	5.250	974	-	-	8.346
Outros	10	-	100%	10	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas			(58.586)	(10.939)	16.332	(1.804)	28.778	(28.377)	-	(54.597)
Participação em controladas			9.131							19.937
Provisão para perdas em investimentos			(67.717)							(74.534)

18 Imobilizado

a) Composição

	Controladora				Consolidado				
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	12.603	-	12.603	12.141	13.524	-	13.524	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,88% (*)	203.816	(49.180)	154.636	161.341	220.830	(57.008)	163.822	169.413
Máquinas e equipamentos	15%	584.826	(330.231)	254.594	230.268	588.192	(330.275)	257.917	230.269
Móveis e utensílios	10%	9.456	(8.568)	888	1.079	10.341	(8.773)	1.568	1.092
Computadores	20%	25.814	(18.309)	7.505	4.321	26.476	(18.390)	8.086	4.325
Outras imobilizações	20%	2.253	(252)	2.001	15	2.754	(302)	2.452	14
Imobilizações em andamento	-	8.157	-	8.157	21.957	10.962	-	10.962	22.420
		846.925	(406.540)	440.384	431.122	873.079	(414.748)	458.331	440.595

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição (nota explicativa 29.3).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisão anual e não houve impacto relevante da vida útil do ativo imobilizado em 2018.

A Companhia possui Operações de Arrendamento Mercantil que serão registradas nas demonstrações contábeis a partir da vigência do Pronunciamento Técnico 06 (CPC 06). Em análise no exercício de 2018 identificou-se que o montante destes bens, direitos e obrigações são pouco relevantes frente aos ativos e passivos da companhia.

b) Movimentação do imobilizado

Controladora						
	31 de dezembro de 2017	Adições	Transfe rências	Depre ciação	Baixas	31 de dezembro de 2018
Terrenos	12.141	462	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	161.341	136	348	(6.992)	(197)	154.636
Máquinas e equipamentos	230.268	2.246	48.333	(25.744)	(508)	254.594
Móveis e utensílios	1.079	-	-	(191)	-	888
Computadores	4.321	2.648	2.479	(1.942)	(1)	7.505
Outras imobilizações	15	164	1.880	(57)	-	2.001
Imobilizações em andamento	21.957	41.188	(53.040)	-	(1.948)	8.157
	<u>431.122</u>	<u>46.844</u>	<u>-</u>	<u>(34.926)</u>	<u>(2.654)</u>	<u>440.384</u>

Consolidado						
	31 de dezembro de 2017	Adições	Transfe rências	Depre ciação	Baixas	31 de dezembro de 2018
Terrenos	13.062	462	-	-	-	13.524
Edificações e benfeitorias	169.413	607	4.803	(10.475)	(502)	163.822
Máquinas e equipamentos	230.269	5.265	48.680	(25.790)	(509)	257.917
Móveis e utensílios	1.092	399	293	(216)	-	1.568
Computadores	4.325	3.179	2.544	(1.961)	(1)	8.086
Outras imobilizações	14	666	1.880	(108)	-	2.452
Imobilizações em andamento	22.420	48.689	(58.200)	-	(1.947)	10.962
	<u>440.595</u>	<u>59.267</u>	<u>-</u>	<u>(38.550)</u>	<u>(2.959)</u>	<u>458.331</u>

No ano de 2018, os investimentos totalizaram R\$ 59 milhões, sendo 71% destinados a planta de Tijucas, 14% para Planta de Marechal Deodoro, 6% na distribuição nos EUA e 9% na implantação e remodelação de lojas próprias.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo dos produtos vendidos	31.088	28.352	31.200	28.352
Despesa comercial	2.450	2.116	5.961	4.835
Despesa administrativa	1.388	1.007	1.395	1.018
	<u>34.926</u>	<u>31.475</u>	<u>38.556</u>	<u>34.205</u>

19 Intangível

a) Composição

	Controladora				Consolidado				
	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017		
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	-	150	150	150
Softwares	20%	24.610	(17.403)	7.207	6.025	25.590	(17.524)	8.066	6.025
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	-	4.074	(2.843)	1.231	289
Fundo de comércio	7%	-	-	-	-	10.512	(667)	9.845	9.681
Softwares em desenvolvimento	-	1.294	-	1.294	1.398	1.297	-	1.297	1.504
Sistema de gestão (a)	21%	18.887	(18.887)	-	1.917	18.887	(18.887)	-	1.917
		<u>45.941</u>	<u>(37.290)</u>	<u>8.651</u>	<u>9.490</u>	<u>60.510</u>	<u>(39.921)</u>	<u>20.589</u>	<u>19.566</u>

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle e aplicativos para ampliar a interação com clientes nas lojas Portobello.

b) Movimentação do intangível

	Controladora					31 de dezembro de 2018
	31 de dezembro de 2017	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	6.025	175	(2.064)	3.057	14	7.207
Direito exploração de jazidas	-	-	-	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	1.398	3.287	-	(3.057)	(333)	1.294
Sistema de gestão	1.917	-	(1.918)	-	-	-
	<u>9.490</u>	<u>3.462</u>	<u>(3.982)</u>	<u>-</u>	<u>(319)</u>	<u>8.651</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado					31 de dezembro de 2018
	31 de dezembro de 2017	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	6.025	770	(2.103)	3.361	14	8.066
Direito exploração de jazidas	289	1.307	(365)	-	-	1.231
Fundo de comércio	9.681	831	(667)	-	-	9.845
Softwares em desenvolvimento	1.504	3.487	-	(3.361)	(333)	1.297
Sistema de gestão	1.917	-	(1.917)	-	-	-
	19.566	6.395	(5.052)	-	(319)	20.589

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo dos produtos vendidos	809	797	1.195	1.237
Despesa comercial	1.933	2.810	2.617	2.810
Despesa administrativa	1.240	1.759	1.240	1.759
	3.982	5.366	5.052	5.806

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2019	2020	2021	2022	2023 a 2038	Total
Softwares	2.628	2.418	1.523	938	561	8.068
Direito de exploração de jazidas	392	392	95	68	284	1.231
Fundo de Comércio	702	702	702	702	7.037	9.845
Sistema de gestão	-	-	-	-	-	-
	3.722	3.512	2.320	1.708	7.882	19.144

Os itens marcas e patentes e softwares em desenvolvimento não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

20 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Mercado interno	104.038	99.741	116.912	101.897
Mercado externo	7.962	12.672	7.962	12.672
Circulante	112.000	112.413	124.874	114.569
Mercado interno (i)	101.268	78.496	101.268	78.496
Não circulante	101.268	78.496	101.268	78.496
	213.268	190.909	226.142	193.065

(i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 12

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 45.956 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 35.127 em 31 de dezembro de 2017), com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

c) Fornecedores de investimentos

A Companhia apresenta um saldo de R\$ 10.676 na controladora e R\$ 11.533 no consolidado no passivo circulante (R\$ 19.049 na controladora e R\$ 19.609 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), que se referem-se a imobilizações para atualização dos parques fabris, investimento em lojas próprias e sistemas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Venci- mentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante							
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	9.796	9.798	9.796	9.798
NCE (b)	R\$	nov-21	8,43% a.a. ¹	42.002	37.954	42.002	37.954
NCE (b)	US\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	7.947	-	7.947	-
PRODEC (c)	R\$	mai-22	4,00% a.a. ¹	14.145	20.489	14.145	20.489
FINEP (d)	R\$	mai-21	7,91% a.a. ¹	13.270	17.133	13.270	17.133
DEG (e)	US\$	out-21	7,68% a.a.+VC	12.179	10.460	12.179	10.460
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	421	422	421	422
Debêntures 1ª série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	976	18.708	976	18.708
Debêntures 2ª série (g)	R\$	jun-23	9,29% a.a.	985	29.016	985	29.016
Pré-pagamento	US\$	mai-18	0,00% a.a.+VC	-	2.071	-	2.071
Arrendamento financeiro	R\$	mai-18	0,00% a.a.	-	351	-	351
Total do circulante			7,81% a.a.¹	101.721	146.402	101.721	146.402
Total moeda nacional				81.595	133.871	81.595	133.871
Total moeda estrangeira				20.126	12.531	20.126	12.531
Não circulante							
Capital de Giro	R\$		8,00% a.a.	-	-	1.292	1.177
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	53.792	63.573	53.792	63.573
NCE (b)	R\$	nov-21	7,80% a.a. ¹	67.944	85.278	67.944	85.278
NCE (b)	US\$	jun-21	8,43% a.a. ¹	15.759	-	15.759	-
PRODEC (c)	R\$	mai-22	4,00% a.a. ¹	18.240	25.848	18.240	25.848
FINEP (d)	R\$	mai-21	7,91% a.a. ¹	18.590	31.721	18.590	31.721
DEG (e)	US\$	out-21	7,68% a.a.+VC	23.249	29.772	23.249	29.772
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	1.392	1.811	1.392	1.811
Debêntures 1ª série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	146.829	71.782	146.829	71.782
Debêntures 2ª série (g)	R\$	jun-23	9,29% a.a.	146.829	56.197	146.829	56.197
Total do não circulante			7,81% a.a.¹	492.624	365.982	493.916	367.159
Total moeda nacional				453.616	336.210	454.908	337.387
Total moeda estrangeira				39.008	29.772	39.008	29.772
Total Geral			7,81% a.a.¹	594.345	512.384	595.637	513.561
Total moeda nacional				535.211	470.081	536.503	471.258
Total moeda estrangeira				59.134	42.303	59.134	42.303

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a. Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
		Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418.						
(b)	Crédito de Exportação (NCE)	nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis da PBG SA no valor de 30% do saldo devedor do
		Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitida 3X) de "covenants" que foram cumpridas.						
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do
		jun-18	jun-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Clean
		jun-18	mai-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 25% do saldo devedor do
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira.
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12	
		(*) Os contratos sinalizados possuem cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitida 3X) de "covenants" que foram cumpridas.						
(c)	PRODEC	-	-	-	48	Bullet	Bullet	-
		(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (9,06% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.						
(d)	Finep	jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em 06/2017 no valor de R\$ 32.064.						
(e)	DEG - Deutsche Investitions	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
		Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitida <3X / Liquidez Corrente > 1,1) de "covenants" que foram repactuadas em MAR18 e foram cumpridas.						
(f)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(g)	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	36	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	60	Semestral	48	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
		Em 15 de Junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora e repapilamento de outros passivos da Emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitida 3X) de "covenants" que foram cumpridas.						

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 39), aval dos controladores e de controlada.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de outubro	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2018		146.402		146.402
2019	101.721	125.477	101.721	126.654
2020	197.939	124.204	199.231	124.204
2021 a 2025	294.685	116.301	294.685	116.301
	594.345	512.384	595.637	513.561

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reais	535.211	470.081	536.503	471.258
Dólares dos Estados Unidos	59.134	42.303	59.134	42.303
	<u>594.345</u>	<u>512.384</u>	<u>595.637</u>	<u>513.561</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

b. Debêntures

Em AGE do dia 15 de junho de 2018, foi aprovada a realização, pela Companhia, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	150.110	91.779
Debêntures 2ª série	150.119	86.503
Saldo Bruto	<u>300.229</u>	<u>178.282</u>
Custos de captação	(4.610)	(2.579)
Saldo líquido	<u>295.619</u>	<u>175.703</u>
Circulante	1.962	47.724
Não circulante	293.658	127.979

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Características da Emissão	
Emissão	3ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Rating de Emissão	Não
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00

Detalhamento da operação por série			
Série	1ª	2ª	
Registro CVM N°		476/09	
Código do Ativo	PTBL13	PTBL23	
Data de Emissão		27/06/2018	
Data de Vencimento	27/06/2021	27/06/2023	
Volume R\$	150.000.000,00	150.000.000,00	
Qtde de Debêntures	150.000	150.000	
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00	1.000,00	
Forma	Escritural		
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória		
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora		
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal		
Remuneração	Taxa DI + 2,20% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 2,75% ao ano (ano com 252 dias)	
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 27/12/2018		
Amortização	Valor Nominal Inicial	Valor Nominal Inicial	
Atos Societários:	AGE em 15/06/2018		
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,00 vezes		

Os recursos obtidos por meio da 3ª Emissão foram destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da emissora e reperfilamento de outros passivos da Emissora.

A 3ª emissão de Debentures possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2018.

22 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de	31 de	31 de	31 de
			dezembro de 2018	dezembro de 2017	dezembro de 2018	dezembro de 2017
LEI 11.941/09 (a)	nov-09	70	63.930	72.602	64.367	73.097
LEI 13.496/17 (b)	ago-17		-	3.657	-	3.677
Total			63.930	76.259	64.367	76.774

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Vencimento 1º Janeiro				
2019	10.718	14.033	10.793	14.126
2020 a 2023 (*)	52.270	53.335	52.570	53.695
2024	942	8.891	1.004	8.953
	<u>63.930</u>	<u>76.259</u>	<u>64.367</u>	<u>76.774</u>
Circulante	10.718	14.033	10.793	14.126
Não circulante	53.212	62.226	53.574	62.648

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.718 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 14.033 em 31 de dezembro de 2017 para a Controladora e R\$ 10.793 e R\$ 14.126 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e setembro de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 23).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 15.

b) Lei 13.496/17 (PERT - Programa de Regularização Tributária)

Em agosto de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/17. Em novembro de 2017 os cálculos dos débitos foram finalizados e foram parcelados através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) débitos federais no valor de R\$ 3.865 já considerando as benesses previstas na lei. No 4T17 o reconhecimento desses débitos impactou no resultado em outras despesas Operacionais no valor de R\$ 3.193 e em Despesas Financeiras R\$ 672. Em Jan/18 a Companhia revisou as condições do parcelamento antes de realizar a consolidação, onde decidiu-se retroagir na adesão ao parcelamento, pois os débitos escolhidos estão sob a administração da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), que não permite o uso de prejuízo fiscal de controladas para quitação desse parcelamento, o que era um dos objetivos da Companhia. A decisão foi baseada também, na expectativa de sucesso dos débitos inicialmente escolhidos, visto que os mesmos estão em discussão judicial. Em março de 2018 a Companhia reverteu os débitos reconhecidos, bem como as benesses do parcelamento.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 15. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório advocatício Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia irressignada com a decisão de parcial provimento teve seu Recurso Especial admitido e mantém o pronunciamento de reverter à questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 29.433 em 31 de dezembro de 2018, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 15 d.

24 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2018 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
IRRF	2.177	2.420	2.688	2.721
ICMS	1.161	6.304	1.224	6.325
PIS/COFINS	62	5.404	492	5.801
Outros	209	302	334	426
	<u>3.609</u>	<u>14.430</u>	<u>4.738</u>	<u>15.273</u>

25 Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Cíveis	19.581	8.733	19.581	8.733
Trabalhistas	18.397	14.959	18.397	14.959
Previdenciários	6.836	-	6.836	-
Tributárias	94.761	4.491	94.791	4.522
	<u>139.575</u>	<u>28.183</u>	<u>139.605</u>	<u>28.214</u>

	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2017	8.733	14.959	-	4.522	28.214
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	13.043	5.328	6.836	90.269	115.476
Provisões adicionais	22.154	2.981	2.489	90.269	117.893
Reversões por não utilização	(10.323)	(567)	-	-	(10.890)
Atualização monetária (Reversão)	1.212	2.914	4.347	-	8.473
Reversões por realização	(2.195)	(1.890)	-	-	(4.085)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>19.581</u>	<u>18.397</u>	<u>6.836</u>	<u>94.791</u>	<u>139.605</u>

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 436 ações cíveis (388 ações em 31 de dezembro de 2017), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 324 reclamações trabalhistas (324 reclamações em 31 de dezembro de 2017), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia, reconheceu no primeiro trimestre de 2018 a provisão destes débitos, no valor total de R\$ 6.836, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal - STF, na Reclamação nº 22012, que julgou improcedente, prevalecendo, assim, a correção dos débitos trabalhistas pelo IPCA-E. A Companhia não promoverá de imediato a majoração de suas provisões trabalhistas, aguardando nova manifestação do TST sobre o assunto. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6.235.

Tributárias

Tributos sobre o ativo judicial Polo Ativo

No segundo trimestre de 2018, a Companhia reconheceu na rubrica de provisões tributárias o montante de R\$ 74.180 referente à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre o ativo judicial Polo Ativo, mencionado na nota explicativa nº 15d).

26 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a. Ações possíveis de perda

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Cíveis	3.844	3.764	3.844	3.773
Trabalhistas	7.315	7.278	7.315	7.366
	11.159	11.042	11.159	11.139

b. Ação remota referente Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78, nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais. Dito processo administrativo encontra-se na delegacia de julgamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil para julgamento da impugnação.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a Companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes, para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, para julgamento do recurso de ofício.

27 Benefícios a empregados

27.1 Plano de previdência privada

Companhia e suas controladas, desde 1997, patrocinam plano de benefícios previdenciários intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil, e conta com 3.075 participantes ativos e 21 aposentados e pensionistas. O plano tem a característica de contribuição definida na fase de acumulação dos recursos. Na fase de concessão dos benefícios, o plano apresenta a característica de benefício definido, garantindo benefícios de aposentadoria e pensão vitaliciamente aos seus participantes. Além disso, oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, custeado exclusivamente pelas patrocinadoras.

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigações de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2017	67.600	60.290	Em 31 de dezembro de 2017	61.842	55.921
Benefícios pagos no ano	(1.662)	(1.463)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.140	1.140
Contribuições participante vertidas no ano	1.257	1.199	Juros sobre obrigação atuarial	5.962	5.392
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	799	649	Benefícios pagos no ano	(1.662)	(1.463)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	6.518	5.813	Obrigações - (ganho) ou perda	(4.678)	852
Ativos - ganho ou (perda)	(2.233)	1.112			
Em 31 de dezembro de 2018	72.279	67.600	Em 31 de dezembro de 2018	62.604	61.842

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor justo dos ativos do plano	72.279	67.600	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(4.678)	851
Valor presente das obrigações financiadas	(62.604)	(61.842)	Ganho (perda) nos ativos do plano	2.233	(1.112)
Ativo (passivo) atuarial líquido	9.675	5.758	Ganho (perda) atuarial	(2.445)	(261)

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.140)	(1.140)
Juros sobre as obrigações atuariais	(5.962)	(5.392)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	6.518	5.813
Contribuições de participantes no ano	1.257	1.199
Ganho (perda) atuarial	673	480

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2018 uma receita de R\$ 673 (R\$ 480 em 31 de dezembro de 2017), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 32).

Econômicas e financeiras	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Taxa anual de juros	9,71% a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)
Inflação de longo prazo		
Projeção de crescimento salarial	4,50% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	13,22%	21%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

27.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Remuneração	153.976	137.906	172.695	152.345
Benefícios	-	-	-	-
Plano de previdência	1.120	907	1.155	922
FGTS	13.045	11.483	14.960	12.969
Outros	21.156	19.003	23.173	20.363
Total	* 189.297	169.299	211.983	186.599

28 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 2 planos vigentes. O valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 162 na controladora e no consolidado (R\$ 1.935 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital social

Após as deliberações da AGO, realizada em 30 de abril de 2018 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 10.000, realizado inteiramente mediante capitalização de lucros, exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo artigo 169, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. Assim a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor total de R\$ 140.000 (R\$ 130.000 em 31 dezembro de 2017), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2018 havia 73.786.991 ações em circulação, o equivalente a 46% do total de ações emitidas (72.982.224 em 31 de dezembro de 2017, equivalente a 46,05% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

29.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por três reservas, a reserva legal, a reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar, conforme a seguir:

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 25.140 (R\$ 18.426 em 31 de dezembro de 2017) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O montante de R\$ 114.921 refere-se a reserva de retenção de lucros, embasada no projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2018, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros a destinar tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019. Desta forma, o saldo atual da Reserva é R\$ 95.897 (R\$ 30.162 em 31 de dezembro de 2017).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

29.3 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2017	35.876	(29.523)	(10.525)	(4.172)
Realização da reserva de reavaliação	(1.186)	-	-	(1.186)
Ganho (perda) atuarial	-	-	2.445	2.445
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	(10.939)	-	(10.939)
Em 31 de dezembro de 2018	34.690	(40.462)	(8.080)	(13.852)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em dezembro de 2018 o montante foi de R\$ 10.939, conforme nota explicativa nº 17a).

c) Outros resultados abrangentes

Estão contemplados nesta rubrica os ganhos e perdas patrimoniais do plano de previdência privada. Durante o exercício de 2018, a avaliação atuarial apurou um ganho de R\$ 2.445 (vide nota explicativa 27.1).

30 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita bruta de vendas	1.208.414	1.172.405	1.321.346	1.277.945
Deduções da receita bruta	(254.343)	(242.587)	(267.156)	(254.008)
Impostos sobre vendas	(216.108)	(216.792)	(228.921)	(226.509)
Devoluções	(38.235)	(25.795)	(38.235)	(27.499)
Receita líquida de vendas	954.071	929.818	1.054.190	1.023.937
Mercado interno	776.709	746.880	868.678	840.999
Mercado externo	177.362	182.938	185.512	182.938

31 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(645.055)	(603.886)	(648.590)	(606.917)
Com Vendas	(231.055)	(204.156)	(285.619)	(246.510)
Gerais e Administrativas	(38.673)	(35.251)	(45.458)	(35.877)
	(914.783)	(843.293)	(979.667)	(889.304)
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	378.733	326.320	368.963	316.962
Salários, encargos e benefícios a empregados	230.150	207.862	259.168	229.333
Mão de obra e serviços de terceiros	70.157	63.712	72.292	65.167
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	46.361	44.473	46.591	44.473
Custo das mercadorias revendidas	38.145	48.461	48.257	59.624
Amortização e depreciação	38.908	36.841	43.609	40.011
Outras despesas comerciais	29.188	29.447	42.955	37.539
Comissões sobre vendas	29.139	27.122	32.293	29.603
Despesas com marketing e publicidade	31.664	24.471	37.434	28.070
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	17.243	16.368	17.243	16.368
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	12.441	11.153	17.831	14.741
Outras despesas administrativas	7.114	5.463	7.491	5.751
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(14.460)	1.600	(14.460)	1.662
Total	914.783	843.293	979.667	889.304

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

32 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	494	647	516	647
Venda Imobilizado	175	-	175	-
Créditos tributários	-	8.735	-	8.735
Ativo judicial Correção cédulas de crédito rural (NE 15 c)	-	7.507	-	7.507
Reversão provisão para contingência	-	20.247	-	20.247
Créditos tributários extemporâneos	867	1.146	867	1.146
Atualização atuarial (NE 27.1)	1.472	1.128	1.472	1.128
Outras receitas (a) e (b)	207.938	1.587	208.166	2.546
Total	210.946	40.997	211.196	41.956
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências	(38.822)	(2.131)	(38.825)	(1.991)
Provisão para incentivo de longo prazo	1.773	5.377	1.773	5.377
Provisão para participação no resultado (c)	(487)	(10.191)	(750)	(10.500)
Lei 13.496 (PERT)	3.193	(3.193)	3.193	(3.193)
Revisão do saldo do empréstimo compulsorio Eletrobrás (NE 13)	-	(8.092)	-	(8.092)
Custo de ociosidade	(2.141)	(8.579)	(2.141)	(8.579)
Tributos sobre outras receitas	(257)	-	(263)	-
Outras despesas	(2.942)	(206)	(4.302)	(605)
Total	(39.683)	(27.015)	(41.315)	(27.583)
Total líquido	171.263	13.982	169.881	14.373

(a) Crédito Premio IPI "Polo Ativo", líquido de Refinadora Catarinense e honorários de sucesso

(b) Créditos tributários referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins

(c) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

33 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas financeiras				
Juros	4.580	8.116	5.052	8.807
Atualização de ativos	4.171	8.532	4.171	8.532
Reversão atualização de contingência (a)	-	6.320	-	6.320
Resultado de operação de Swap	1.836	-	1.836	590
Outros	6	1.217	159	643
Total	10.593	24.185	11.218	24.892
Despesas financeiras				
Juros	(22.533)	(30.375)	(22.723)	(30.423)
Encargos financeiros com tributos	(5.879)	(4.903)	(5.913)	(4.546)
Atualização de provisões para contingências	(3.692)	(2.310)	(3.692)	(2.320)
Comissões e taxas de serviços	(4.039)	(5.306)	(4.865)	(6.073)
Despesas bancárias	(458)	(587)	(463)	(588)
Revisão Saldo do empréstimo compulsório Eletrobras	-	(11.294)	-	(11.294)
Reversão de ganho financeiro com Impostos	-	(4.730)	-	(4.730)
Adesão ao parcelamento da Lei 13.496 (PERT)	-	(672)	-	(1.074)
Resultado de operação de Swap	(2.600)	(2.697)	(2.600)	(2.699)
Juros sobre debêntures	(25.544)	(26.909)	(25.544)	(26.909)
Outros	(2.190)	(2.193)	(2.734)	(2.240)
Total	(66.935)	(91.976)	(68.534)	(92.896)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	14.620	(439)	14.620	(429)
Empréstimos e financiamentos	(5.395)	419	(5.395)	419
Total	9.225	(20)	9.225	(10)
Total líquido	(47.117)	(67.811)	(48.091)	(68.014)

(a) Reversão das atualizações de provisão para contingências referente processo cível de 2001 R\$ 2,9 MM e referentes o ICMS sobre a base de cálculo de Pis e Cofins R\$ 3,3 MM.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

34 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	134.282	64.136
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489
Lucro básico por ação	0,84726	0,40467

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

35 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos do exercício de 2018, que representam 25% do lucro da Companhia, somam R\$ 31.892. Destes R\$ 2.612 e R\$ 7.283 (líquido de impostos) foram pagos antecipadamente sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio, respectivamente, em 29 de agosto de 2018. O montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 22.007, cuja data de pagamento será deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	134.282	64.136
Constituição da reserva legal (5%)	(6.714)	(3.207)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	127.568	60.929
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	16.564	9.614
Dividendos mínimos obrigatórios	15.328	5.618
Dividendos adicionais propostos	-	15.232
Total dos dividendos anuais	31.892	30.464

36 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	868.678	185.512	1.054.190	840.999	182.938	1.023.937
Custo dos produtos vendidos	(527.894)	(120.696)	(648.590)	(492.335)	(114.582)	(606.917)
Lucro operacional bruto	340.784	64.816	405.600	348.664	68.356	417.020
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(123.022)	(38.174)	(161.196)	(231.810)	(36.204)	(268.014)
Vendas, gerais e administrativas	(292.903)	(38.174)	(331.077)	(246.183)	(36.204)	(282.387)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	169.881	-	169.881	14.373	-	14.373
Resultado operacional antes do resultado financeiro	217.762	26.642	244.404	116.854	32.152	149.006
% sobre a ROL	25%	14%	23%	14%	18%	15%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. A Companhia exporta para 71 países, com mais destaque para os países Argentina e U.S.A.

37 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2018, somam o montante de R\$ 19.637, correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se à aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são de R\$ 873 e R\$ 892 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 904 e R\$ 1.851 respectivamente.

38 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza é de R\$ 250.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 18.000, lucros cessantes no valor de R\$ 35.000 e danos elétricos no montante de R\$ 3.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2018 até 13 de junho de 2019.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a Generali Brasil Seguros S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10.000, com vigência de 26 de agosto de 2018 até 26 de agosto de 2019.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 28.000, vigente de 18 de agosto de 2016 até 18 de agosto de 2020.

39 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	Controladora	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Controladas			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	28.377	32.529
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	3	127
Contas a receber	Portobello América, Inc.	84.255	67.728
Contas a pagar líquido de adiantamentos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	481	(2.771)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Cia Brasileira de Cerâmica	752	-
Contas a pagar líquido de adiantamentos	Mineração Portobello Ltda.	-	449
Ativos líquidos dos passivos com controladas		<u>113.868</u>	<u>98.062</u>
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Créditos pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	97.941	94.651
Dívida com pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	(62.008)	(62.008)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	-	(238)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	-	(456)
Contas a pagar	Multilog Sul Armazéns S/A	958	1.054
Contas a pagar	Flooring Revest. Cer. Ltda.	307	-
Contas a pagar	Neo way	122	-
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		<u>37.332</u>	<u>33.003</u>
		<u>Acumulado</u>	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	34.144	24.094
Venda de produtos	Portobello América, Inc.	6.522	-
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	30.448	22.984
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	11.152	10.282
Despesas			
Controladas			
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(2.447)	(9.359)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Aluguel	Gomes Part Societárias Ltda.	(469)	(432)
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns S/A	(6.042)	(5.407)
Serviço de cortes	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(9.119)	(3.913)
Serviço Software	Neoway Tecnologia	(239)	-
		<u>63.950</u>	<u>38.249</u>

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 21).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Natureza	Acumulado	
					31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	Patrimonial			Resultado		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	938	380	Royalties	6.282	4.566
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	393	286	Royalties	2.830	2.020
		<u>1.331</u>	<u>666</u>		<u>9.112</u>	<u>6.586</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas à pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Remuneração fixa				
Salários	13.961	12.122	15.875	13.811
Honorários	4.794	5.522	4.859	5.522
Remuneração variável	1.652	5.092	1.891	5.449
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-	-	6	-
Plano de previdência	930	739	996	749
Outros	2.009	1.916	2.173	2.107
	<u>23.346</u>	<u>25.391</u>	<u>25.801</u>	<u>27.638</u>

40 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício de 2018 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
Aumento de capital na PBG	(10.000)	(10.000)

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE LUCROS PARA EXPANSÃO

Será proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária que parte do lucro líquido do exercício de 2018 seja retido para expansão das atividades, conforme previsto no artigo 196 da lei nº 6.404/76.

Abaixo está demonstrado o plano de investimentos para 2019 e 2020.

Plano de investimentos	
Aplicações	149.235
Investimentos 2019	122.966
Investimentos 2020	26.269
<hr/>	
Fontes	149.235
Retenção de lucros	114.922
Fluxos operacionais líquido de desembolsos previsto nas operações	34.313

A Companhia pretende investir cerca de R\$ 123 milhões ao longo de 2019 com o objetivo de dar continuidade a sua estratégia de expansão.

Do montante previsto para investimento em 2019, cerca de 49% destina-se ao projeto de ampliação e modernização da unidade fabril em Tijucas (SC), no qual cerca de R\$ 56,8 milhões serão reservados para aquisição de máquinas e equipamentos novos, R\$ 2,38 milhões para melhorias do parque fabril e R\$ 1 milhão para atualizações fabris de segurança. Adicionalmente 12% será destinado a expansão da Portobello Shop, 13% para novos negócios, 12% para iniciativas comerciais e logística e 14% em outras iniciativas.

Em 2020, os investimentos serão destinados aos novos negócios e expansão da Companhia.

As fontes dos fluxos de desembolsos financeiros para os investimentos serão a retenção de lucros do exercício de 2018 proposta e a geração de caixa das operações.

O orçamento de capital apresentado foi aprovado pelo Conselho Fiscal, em 12 de fevereiro de 2019, e pelo Conselho de Administração, na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2019.

Tijucas, 18 de fevereiro de 2019.
